

Status e vulnerabilidade socioeconômicos nos territórios proprietários do Rio Grande do Sul*

Status and socioeconomic vulnerability in the priority territories of the Rio Grande do Sul

Gabriel Eduardo Gonçalves^I, Ednalva Felix das Neves^{II}, Sibeles Vasconcelos de Oliveira^{III}

Resumo:

O Brasil é composto por muitas regiões em vulnerabilidades socioeconômicas, cujos limitantes causam impactos negativos na qualidade de vida da sua população. Através do Plano Progridir, o Governo Federal estabeleceu ações em promoção ao desenvolvimento humano, com foco na delimitação de Territórios Prioritários. No Rio Grande do Sul, o grupo de pesquisa DISGOS busca avaliar as condições de reprodução social de seis municípios enquadrados nas regiões prioritárias. Destarte, o presente estudo visa contribuir com a implementação de ações pró-desenvolvimento, através da realização do diagnóstico socioeconômico de Santa Maria, São Pedro do Sul, Tenente Portela, Santana do Livramento, Faxinal do Soturno e Dona Francisca. Para tanto, foram avaliados dados estatísticos para os referidos municípios no interstício 2010 a 2018. Neste sentido, pode-se perceber que a proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza nos municípios analisados é expressiva (mais de ¼ da população). Ainda, percebeu-se que o acesso ao ensino formal por parte da população não branca é mais dificultada em todos os municípios. Apesar da diversidade das atividades produtivas, restam desafios no tocante ao desenvolvimento territorial, que merecem ser explorados por meio de estudos que associam as trajetórias de formação históricas das regiões com as dinâmicas contemporâneas de reprodução socioeconômica.

Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico; Análise multidimensional; Regiões vulneráveis

Abstract:

Brazil is composed by many regions in socioeconomic vulnerabilities, and its limitations cause negative impacts on the quality of life of its population. Through the Progridir Plan, the Federal Government established actions to promote human development, focusing on delimiting main territories. In Rio Grande do Sul, the research group DISGOS seek to evaluate the conditions of social reproduction of six municipalities included in the main areas. Thus, this study aims to contribute to the implementation of pro-development actions, through the accomplishment of the socioeconomic diagnosis of Santa Maria, São Pedro do Sul, Tenente Portela, Santana do Livramento, Faxinal do Soturno and Dona Francisca. For this purpose, statistical data of these regions, from 2010 to 2018, were evaluated. In this sense, it can be seen that the proportion of people living in poverty in the analyzed municipalities is quite significant (more than ¼ of the population). Besides that, it was noticed that access to formal education by non-white population is more difficult in all municipalities. Despite the diversity of productive activities, many challenges remain regarding territorial development, which deserve to be explored through studies that associate the historical formation trajectories of the regions with the contemporary dynamics of socioeconomic reproduction.

Keywords: Economic development; Multidimensional analysis; Vulnerable regions

*O artigo em questão foi apresentado no VII Seminário Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento (SJPE&D) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e foi melhorado a partir das críticas e sugestões dos participantes.

^IAcadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - gabo.eduardo88@gmail.com

^{II}Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da UFSM - ednalvafelix@gmail.com

^{III}Professora no Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFSM - sibeles_deoliveira@hotmail.com

Introdução

A avaliação de indicadores socioeconômicos permite observar que o Brasil experienciou avanços importantes na melhoria da qualidade de vida da população a partir dos últimos quinze anos. Contudo, o país continua a ocupar posição de destaque quando são avaliadas as regiões mais desiguais e pobres do mundo (CAMPELLO et al., 2018).

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a proporção de pessoas pobres¹ no Brasil e a intensidade da pobreza cresceram nos anos mais recentes. Em 2016, 25,7% da população brasileira era considerada pobre, medida que ascendeu para 26,5% no ano de 2017. Ainda em 2017, 15,2 milhões de pessoas encontravam-se em situação de extrema (IBGE, 2018).

Cabe mencionar que a pobreza gera implicações sobre múltiplas dimensões da vida humana. As privações manifestam-se quando do acesso a oportunidades socioeconômicas e a serviços básicos - educação, infraestrutura domiciliar, saúde, entre outros. Para fins de ilustração, cita-se que mais de 27 milhões de brasileiros viviam em moradias inadequadas em 2017 e mais de 30% da população não tinha acesso ao serviço de esgoto (IBGE, 2018).

Diante deste contexto de exclusão social, e a despeito mazelas sociais ocorridas nos últimos anos, o Estado brasileiro vem implementando um conjunto de ações com vista à garantia da cidadania (o que permite a superação das vulnerabilidades), especialmente, das últimas duas décadas. Parte expressiva dos programas sociais tiveram início no governo de Fernando Henrique Cardoso (por meio do lançamento dos programas Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, entre outros) e foram intensificados no governo de Lula da Silva (com o lançamento do Programa Bolsa Família) (DRAIBE, 2003; FAGNANI, 2005).

Além dos programas de transferência de renda, os referidos programas sociais incluem: serviços em assistência e previdência social, políticas voltadas para a área da saúde, educação, dentre outras. Um exemplo é o Plano Progridir, lançado em 2017, e que se constitui por uma série de ações para gerar emprego e renda, de forma a promover a autonomia dos inscritos no CadÚnico (BRASIL, 2019).

É importante destacar as parcerias interinstitucionais vêm possibilitando a realização de diagnósticos e propostas de ações de combate à pobreza, à desigualdade e às vulnerabilidades sociais. Aliás, pode-se afirmar que boa parte das medidas tomadas pelos governos nasceram de aportes acadêmico-científicos, uma vez que, parte significativa dos pensadores das questões relacionadas às instabilidades econômicas, ao mercado de trabalho e das questões sociais vêm sinalizando a importância do Estado agir tendo como foco as questões sociais (BARROS, et al., 2001; SUPLICY, 2002; SUPLICY; CURY, 1994). Neste sentido, vale lembrar que os pensadores da CEPAL, por exemplo, direcionaram suas análises para a questão social, já na década de 1960, destacando que a gravidade da questão social nos países latino-americanos (dentre eles, o Brasil) podia se tornar um empecilho para o crescimento com sustentabilidade e equidade (BIELSCHOWSKY, 2000).

Na atualidade, importantes pesquisas buscam orientar as políticas públicas. Para que estas pesquisas sejam feitas, o governo (em um movimento que vinha sendo comum até os últimos anos) lançava chamadas públicas a fim de selecionar projetos a serem contemplados com recursos para estas pesquisas - ou mesmo para atuação direta no combate à pobreza. Este é o caso da “Chamada Pública CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - TECNOLOGIA SOCIAL”, realizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Ministério do Desenvolvimento Social. O referido edital se propôs a financiar projetos de desenvolvimento, reaplicação, aperfeiçoamento e avaliação de Tecnologias Sociais², no âmbito dos territórios prioritários do Brasil.

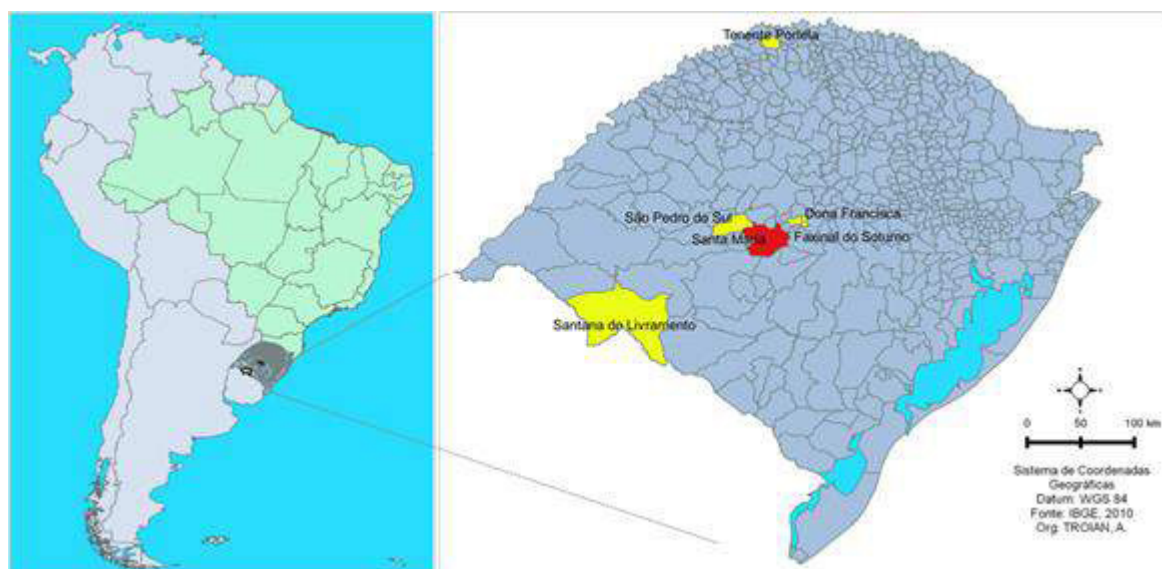
É importante esclarecer que os territórios prioritários enfocados são dimensionados por sua vulnerabilidade social (BRASIL, 2018). Neste sentido, é mister a avaliação das condições socioeconômicas dos grupos de indivíduos que estão à margem, ou seja, pessoas ou famílias que estão em processo de exclusão social, seja na perspectiva monetária ou não monetária.

O grupo de pesquisa Desenvolvimento, Inovação Social, Governança e Sustentabilidade (DISGOS), vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, participa das ações governamentais por meio do projeto “Inovação Social e Tecnologias Sociais: Transformação e Criatividade nas Experiências Populares de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul”. O projeto se propõe a realizar um levantamento e análise das Tecnologias Sociais (TS) desenvolvidas pelos (e para) no meio rural, e que se vinculam a garantir a geração de trabalho e renda que permitam o desenvolvimento da autonomia econômica às famílias de seis territórios prioritários do estado gaúcho. Conforme mostra a figura abaixo, os territórios escolhidos foram: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, São Pedro do Sul e Santa Maria (em vermelho), na região central; Santana do Livramento (na região Sudoeste Rio-grandense) e Tenente Portela (na região Noroeste Rio-grandense).

1-Linha de pobreza definida através dos parâmetros propostos pelo Banco Mundial, isto é, rendimento de até US\$ 5,5 por dia (ou R\$ 406 por mês) (IBGE, 2018).

2- Segundo Dagnino e Gomes (2000), tecnologia social pode ser entendida como um processo de inovação a ser levado a cabo, de forma coletiva e

Figura 1 - Municípios participantes do projeto



Fonte: TROIAN (2018), com dados do IBGE (2010).

Diante das diferentes definições sobre Tecnologias Sociais, neste trabalho, optou-se pela definição de TS como aquelas tecnologias que promovem a inclusão social, garantem um modelo de desenvolvimento econômico mais inclusivo e igualitário e que colocam as dimensões humanas e sociais em primeiro plano (DAGNINO, 2004). Na definição de Rutkowski (2005, p. 191), a TS é:

Um conjunto de técnicas e procedimentos, associados às formas de organização coletiva, que representa soluções para inclusão social e melhoria da qualidade de vida. Uma tecnologia de produto ou processo que de maneira simples e de fácil aplicação e reaplicação, com baixo custo e uso intensivo de mão-de-obra, tem impacto positivo na capacidade de resolução de problemas sociais. Uma tecnologia que depende tanto de conhecimentos gerados e difundidos na comunidade, os chamados conhecimentos populares, como daqueles técnico-científicos, desenvolvidos no ambiente acadêmico. Em suma, tecnologias sociais dizem respeito aos processos que visem não apenas à busca por modernos conhecimentos, como também à superação das desigualdades na distribuição da riqueza e da pobreza.

De modo geral, as TS compreendem desde os processos de construção de máquinas e equipamentos (hardware), o desenvolvimento de sistemas de processamento de informações (software), ou ainda, a organização dos processos produtivos e/ou as tecnologias de gestão (orgware) (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

Uma vez tendo que observar e atuar nas áreas indicadas pela chamada pública (denominados territórios prioritários), o projeto teve início com a análise dos municípios que abrigam estes territórios, por acreditar que é preciso, num primeiro momento, entender sobre o ambiente onde estes territórios estão inseridos, para então, poder analisá-los em seus contextos particulares. A hipótese que embasa esta ideia é de que os territórios prioritários apresentam certa diversidade territorial, social e econômica. As diferenciações em termos de formação histórica fazem das regiões particularmente interessantes para análise.

Em suma, o presente estudo tem como principal objetivo analisar as dinâmicas territoriais, sociais e econômicas nas quais estão inseridos os territórios prioritários. A análise se dá por meio da exploração de indicadores socioeconômicos selecionados, a partir da exploração de dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, dentre outras instituições de pesquisa.

A redação do artigo científico está organizada em seis seções, a incluir esta breve introdução e as referências bibliográficas. A próxima seção discorre sobre o conceito de vulnerabilidade socioeconômica e suas particularidades. A seção 3 é dedicada à apresentação dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Ao longo da seção 4 são apresentados os resultados da análise de dados estatísticos. Por fim, comunica-se as conclusões do estudo.

Vulnerabilidade socioeconômica e qualidade de vida: Insights sobre o desenvolvimento humano

Desde a retomada a democratização no Brasil e institucionalização da Carta Cidadã, em 1988, o Estado brasileiro vem implementando ações em promoção ao bem-estar social (CARMO; GUIZARDI, 2017)³. Os múltiplos esforços

3- Conforme já mencionado, os diferentes governos não realizam as mesmas ações no sentido de combate à pobreza e às vulnerabilidades sociais. As ações tiveram início durante o governo de FHC e se intensificaram nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. No governo interino de Michel Temer, elas tiveram continuidade, mas desde então vêm sofrendo cortes sucessivos, a incluir no atual governo.

foram direcionados para atender à Constituição Federal e vêm gerando melhora na qualidade de vida da população brasileira (ou, pelo menos, abrandando suas vulnerabilidades). Também é possível observar a emergência de estratégias para diminuição das desigualdades sociais, de forma que o conjunto de ações tende a ir ao encontro da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015.

Diversos estudos dão conta de definir e mensurar os fenômenos da vulnerabilidade e qualidade de vida, possibilitando ao poder público diagnosticar as problemáticas socioeconômicas com mais clareza e, complementarmente, aplicar políticas públicas mais eficazes. Tendo em vista o exposto, considera-se importante a apresentação das diferentes perspectivas e abordagens sobre as temáticas supracitadas.

Embora muitos pesquisadores argumentam que a prevalência da vulnerabilidade socioeconômica é limitante ao desenvolvimento humano, não existe definição universalmente aceita sobre o tema - o mesmo vale para “pobreza” e “exclusão social”. Carmo e Guizardi (2017, p. 2) definem a vulnerabilidade como:

[...] estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. Não obstante as críticas em torno de sua indefinição conceitual bastante amalgamada à noção de risco, a adoção de tal categoria, ao mesmo tempo em que buscou definir o objeto próprio e específico da assistência social, se contrapondo ao esvaziamento teórico-metodológico de suas entregas, aproximou-se de uma solução terminológica típica de correntes neoliberais e orientações de organismos internacionais.

Costa et al. (2018) evidenciam que o conceito de vulnerabilidade social vem se popularizando à proporção que cresce o reconhecimento de que a categoria pobreza “é limitada para expressar as complexas situações de mal-estar social a que estão sujeitas diversas populações, mundo afora” (COSTA et al., 2018, p. 10). De fato, as perspectivas que associam o termo às múltiplas dimensões da vida humana vêm se fortalecendo.

Assim sendo, a vulnerabilidade social está associada aos fenômenos de bem-estar e à qualidade de vida, cujas manifestações se dão tanto pelo acesso aos recursos materiais, quanto imateriais – a disponibilidade de serviços públicos, a qualidade do meio ambiente, entre outros indicadores socioeconômicos podem representar o fenômeno (COSTA et al., 2018, p. 10).

Vulnerabilidade não diz respeito somente a ausência da renda, mas também vincula a ausência de acesso aos direitos sociais que são positivados. Neste íterim, a ausência de renda é uma consequência da falta de acesso a oportunidades, logo é o efeito - e não a causa - da vulnerabilidade. Ademais, a falta de renda tende a dificultar o acesso aos bens e serviços, propagando-se um ciclo de permanência de gerações sob a aba da vulnerabilidade socioeconômica. Para quebrar esse ciclo, tem-se que as políticas públicas são um importante meio de garantir oportunidades para as famílias acometidas pela exclusão social (CARMO; GUIZARDI, 2017).

Em 2015, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou o relatório intitulado “Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros”, em que demonstra que a noção de vulnerabilidade transcende à questão da insuficiência de renda. Conforme o referido documento:

Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (COSTA; MARGUTI, 2015, p. 12).

Para Mendes (2018), a definição de vulnerabilidade social é um ato eminentemente político. Para sua delimitação, é necessário conhecer quais indivíduos ou grupos estão em risco. Nas palavras do autor, “a vulnerabilidade inscreve os limites entre a normalidade (como segurança) e a normalização da insegurança (o que não é aceitável socialmente como risco à luz das lógicas locais, ou de referentes mais abstratos como os direitos humanos)” (MENDES, 2018, p. 468-469).

Assume-se, assim, que as componentes da vulnerabilidade social variam em função de características das comunidades que, à partida, não estão diretamente relacionadas com a perigosidade, que constitui o lado biofísico dos riscos, mas sim com o grau de desenvolvimento econômico, o acesso a recursos, os modos de vida e os meios de subsistência das pessoas e dos grupos afetados. As populações vulneráveis são aquelas que se encontram em risco, não simplesmente porque estão expostas aos perigos, mas como resultado da marginalidade em que vivem, fazendo das suas vidas uma “emergência permanente” (MENDES, 2018, p. 474).

Costa et al. (2018) evidenciam que o conceito de vulnerabilidade social vem se popularizando à proporção que cresce o reconhecimento de que a categoria pobreza “é limitada para expressar as complexas situações de mal-estar social a que estão sujeitas diversas populações, mundo afora” (COSTA et al., 2018, p. 10). De fato, as perspectivas que associam o termo às múltiplas dimensões da vida humana vêm se fortalecendo. Os autores reforçam a tese de que

as vulnerabilidades sociais decorrem de processos sociais amplos “contra os quais o indivíduo, por si só, não tem meios para agir e cujos rumos só o Estado, por meio de políticas públicas, tem condições de alterar” (COSTA et al., 2018, p. 16). Sobretudo, as situações de vulnerabilidade constituem-se da exposição a riscos de distintas naturezas, a incluir os econômicos, culturais ou sociais, que conferem às pessoas ou grupos desafios para seu enfrentamento (MONTEIRO, 2011).

Assim sendo, a vulnerabilidade social está associada aos fenômenos de bem-estar e à qualidade de vida, cujas manifestações se dão tanto pelo acesso aos recursos materiais, quanto imateriais - a disponibilidade de serviços públicos, a qualidade do meio ambiente, assim como outros indicadores socioeconômicos, podem representar o fenômeno (COSTA et al., 2018, p. 10).

Yazbek (2012, p. 312) corrobora esta perspectiva, alegando que - assim como o fenômeno da pobreza -, a vulnerabilidade está atrelada a uma série de necessidades objetivas e subjetivas, acrescidas de limitantes “materiais, relacionais, culturais”. Todos estes fatores contribuem, de forma direta e indireta, para a capacidade dos indivíduos em prover sua reprodução social.

Monteiro (2011) esclarece que a vulnerabilidade é também uma construção social e, portanto, assume diferentes faces de acordo com as particularidades históricas. As transformações societárias tendem a promover alterações na esfera da vida privada, de forma a acentuar debilidades e contradições. Nas palavras da autora:

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, p. 35).

Cabe ressaltar que a qualidade de vida é também um fenômeno multidimensional, que contempla aspectos culturais, políticos, sociais e econômicos da vida das pessoas. Segundo a Organização das Nações Unidas, os pilares que constituem a avaliação da qualidade de vida são o acesso à renda, saúde e educação.

Sobretudo, para a promoção de maior qualidade de vida e diminuição dos níveis de vulnerabilidade social, é fundamental o fortalecimento dos sujeitos, “para que possam acessar bens e serviços, ampliando seu universo material e simbólico, além de suas condições de mobilidade social” (MONTEIRO, 2011, p. 35). Para tanto, as políticas públicas desempenham papel estratégico.

Tendo por objetivo compreender as situações enfrentadas pelos territórios prioritários analisados dentro estudo, a seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos executados para tal fim.

Metodologia

Trata a presente pesquisa de uma análise exploratória de dados secundários, com utilização de dados estatísticos que compreendem o período de 2000 a 2019, e dados históricos e bibliográficos. Nesse sentido, a abordagem implementada é do tipo quali-quantitativa. Para Paranhos et al. (2016, p. 391), os estudos que empregam métodos mistos valem-se de “procedimento de coleta, análise e combinação de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa”. A integração das duas abordagens permite aos pesquisadores explorar com mais propriedade o objeto de estudo.

Sobretudo, são operacionalizados dados estatísticos para um recorte amostral de territórios prioritários no estado do Rio Grande do Sul - os municípios foram selecionados de acordo com o indicativo do projeto “Inovação e Tecnologias Sociais: transformação e criatividade nas experiências populares de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul”, desenvolvido para a “Chamada Pública CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - Tecnologia Social”. Sendo assim, os municípios analisados são: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Santa Maria, São Pedro do Sul, Santana do Livramento e Tenente Portela.

Sob a ótica de análise, as variáveis foram segmentadas em dimensões relacionadas à dinâmica territorial, social e técnico-econômica. Para cada uma das variáveis, foram analisadas, também, o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), a partir de dados disponibilizados no site do IPEA⁴, em uma plataforma exclusiva para a temática, que “oferece um panorama da vulnerabilidade e da exclusão social dos municípios, estados e regiões metropolitanas”, permitindo “a consulta, em diversos formatos de dados sobre a temática da vulnerabilidade social” (IVS, 2019).

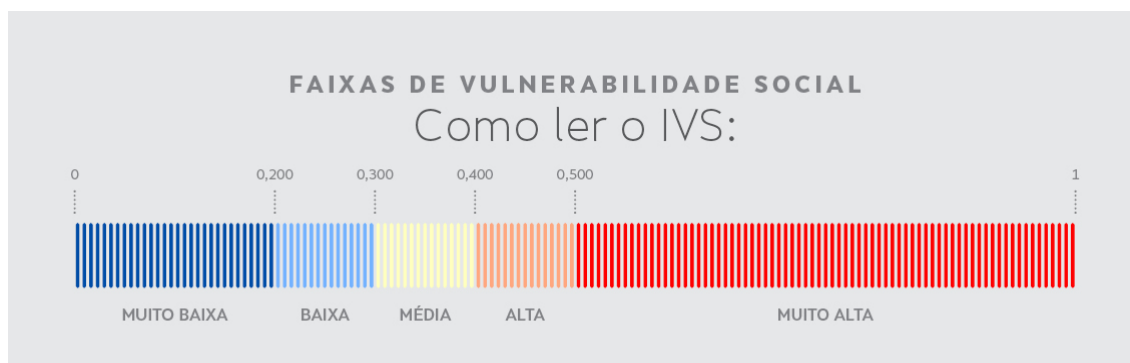
O índice resulta da média aritmética de três subíndices - o IVS Infraestrutura Urbana, o IVS Capital Humano e o IVS Renda e Trabalho, sendo que cada um deles tem o mesmo peso no cálculo do IVS final.

Para o cálculo dos subíndices, foram utilizados dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010 - tabulados para o ADH no Brasil com seus respectivos pesos. Para a construção de cada dimensão do IVS, utilizando os pesos equivalentes para cada indicador, foi necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-lo, também, num indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000 (IVS, 2019).

4- Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em 12/08/2019.

O IVS varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, significa que pior situação, que é a de maior vulnerabilidade. Por outro lado, quando mais próximo de 0, mais próximo do ideal ou desejável está o valor, isto é, significa uma melhor situação ou menor vulnerabilidade. Caso o valor resulte em 0%, portanto, significa ausência de vulnerabilidade. A figura abaixo explicita como é possível proceder na leitura do IVS (IVS, 2019).

Figura 1 - Como ler o IVS: faixas de vulnerabilidade social



Fonte: (IVS, 2019).

O quadro a seguir traz as variáveis analisadas neste trabalho, agrupadas em dimensões, de acordo com o IVS. As variáveis analisadas fazem referência ao perfil dos territórios (em termos de infraestrutura, distribuição geográfica, entre outros), perfil da população (raça, gênero, entre outros) e condições econômico-materiais (renda, atividades econômicas, entre outros).

Quadro 1 - Variáveis analisadas nas dimensões

Variáveis analisadas nas dimensões	
Dimensão Territorial	Tamanho dos territórios IVS Infraestrutura Urbana
Dimensão Social	Quantidade e características populacionais IVS Capital Humano
Dimensão Técnica-Econômica	Características de produção Valor Adicionado Bruto (VAB) Produto Interno Bruto (PIB) IVS Renda e Trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de IVS (2019).

Os dados estatísticos coletados juntos aos sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE)⁶, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outras instituições de pesquisa, foram manipulados com base em ferramentas de estatística descritiva. Sendo assim, operou-se com medidas de tendência central e dispersão, com a finalidade de caracterizar as realidades socioeconômicas dos municípios alvo da pesquisa.

5- Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 12/08/2019.

6- Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/>. Acesso em 12/08/2019

Desenvolvimento socioeconômico e as dinâmicas dos territórios proprietários: Uma análise multidimensional

Frente à natureza dos dados secundários coletados para compreender a realidade dos territórios prioritários, dividiu-se as análises em dimensões, sendo elas: dimensão territorial e de infraestrutura (temas referentes às informações territoriais e dos meios em infraestrutura), dimensão social (com o perfil populacional) e dimensão técnica-econômica (questões ligadas à renda e produção).

Dimensão territorial e de infraestrutura dos territórios proprietários

Os territórios compreendidos neste estudo (Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Santa Maria, São Pedro do Sul, Santana do Livramento e Tenente Portela) apresentam diversidade geográfica, cultural e histórica. No que toca a dimensão territorial, cabe mencionar que o município de Santana do Livramento possui a maior área dentre os analisados, calculada em 6.941,613 km² (IBGE, 2016). Ademais, sua localização está situada na divisa com a cidade uruguaia Rivera, no Oeste do Rio Grande do Sul.

Conforme análise realizada com base nos dados do IBGE (2010), o território de Santana do Livramento está em 9º posição na classificação dos territórios com maior número de extremamente pobres no Rio Grande do Sul (JUNIOR; MARTINS, 2013). Na década de 1990, Santana do Livramento passou a compor o mapa da reforma agrária brasileira, desenvolvendo os primeiros assentamentos rurais. Atualmente, o município conta com, aproximadamente, 30 assentamentos rurais reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo o município com maior número de assentamentos no Rio Grande do Sul.

O município de Santa Maria está localizado na região central do estado, com extensão territorial de 1.788,12 km². Próximo à cidade de Santa Maria, tem-se o território prioritário de Dona Francisca, localizado na Quarta Colônia de Imigração Italiana, na Mesorregião do Centro Oriental do Rio Grande do Sul, com 114,3 km². Ainda situado na Quarta Colônia, o território de Faxinal do Soturno possui território de 169,9 km² (IBGE, 2010).

Outrossim, o município de São Pedro do Sul está próximo de Santa Maria, com 42 km de distância do município, enquanto possui uma distância de 330km da capital estadual Porto Alegre. São Pedro do Sul possui um área estimada em 873,6 km². Já no norte do estado, mais precisamente na mesorregião Noroeste do estado, o município de Tenente Portela possui 338,1 km², estando distante 480 km da capital Porto Alegre (IBGE, 2010).

No que se refere às condições de infraestrutura de cada território, é válido destacar que: Santa Maria apresenta o maior índice de domicílios que possuem esgotamento sanitário adequado, em torno de 82,8%. Santana do Livramento aparece em segundo lugar, com 79,5% dos domicílios possuindo esgotamento sanitário adequado. As estimativas dos demais territórios com relação a esta condição são: 69,2% dos domicílios em Faxinal do Soturno; 53,6%, em Dona Francisca; 46,9% em São Pedro do Sul; 18,6% em Tenente Portela (IBGE, 2010).

Com base no IVS Infraestrutura Urbana, que reflete as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, é possível analisar as condições referentes aos domicílios urbanos dos territórios prioritários (IVS, 2019). Sob esta ótica, o universo de análise dentre as variáveis supracitada está apresentado descritas no quadro 1.

Quadro 1: Variáveis analisadas no IVS Infraestrutura Urbana

IVS Infraestrutura Urbana
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgoto sanitário inadequados
Percentual da população que vivem em domicílios urbanas sem serviço de coleta de lixo
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho

Fonte: IVS (2019).

Assim, conforme os dados destacados pelo índice, os territórios estudos apresentam melhoria com relação à vulnerabilidade da infraestrutura urbana de 2000 a 2010. Não obstante, quando são explorados dentro a perspectiva de análise comparativa entre eles, têm-se que os municípios de Dona Francisca, em primeiro lugar, e Faxinal do Soturno, em segundo, apresentam as melhores condições. Em contrapartida, os municípios de Tenente Portela, Santana do Livramento e Santa Maria apresentam os maiores índices de vulnerabilidade em infraestrutura urbana em 2010, respectivamente (ver tabela 1).

Tabela 1: Índice de vulnerabilidade socioeconômica – IVS Infraestrutura Urbana

Municípios	IVS Infraestrutura Urbana (2000)	IVS Infraestrutura Urbana (2010)
Dona Francisca	0.033	0.021
Faxinal do Soturno	0.041	0.038
Santa Maria	0.132	0.107
São Pedro do Sul	0.107	0.060
Santana do Livramento	0.159	0.089
Tenente Portela	0.187	0.157
Rio Grande do Sul	0.198	0.170

Fonte: IPEA (2015).

Quando comparados ao estado do Rio Grande do Sul, todos os municípios aparecem em vantagem, tanto em 2000 quanto em 2010. Ainda assim, é importante destacar que, tanto os municípios analisados neste estudo, como o estado do Rio Grande do Sul estão abaixo do alto nível do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (abaixo de 0,5, portanto).

Outrossim, é prematuro afirmar que o território é vulnerável apenas a partir da observação de um único indicador. Assim, a análise de outros indicadores se faz necessária a fim de confirmar (ou não) a vulnerabilidade dos territórios. As próximas seções trazem estas análises complementares.

Dimensão social dos territórios proprietários

A análise da dimensão social compreende a avaliação de indicadores populacionais, como características dos indivíduos habitantes dos territórios, escolaridade, perfil de raça, gênero, entre outros. A Tabela 1 sintetiza algumas informações importantes para descrever a população dos sete municípios alvo do projeto. A observação dos dados populacionais permite inferir que Santa Maria é o município mais populoso do grupo, seguido por Santana do Livramento. Dona Francisca é o município menos populoso, sendo Faxinal do Soturno o segundo menos populoso. Ao longo dos últimos anos, somente os territórios de Santa Maria e Faxinal do Soturno aumentaram sua população, enquanto que os demais foram marcados pela diminuição populacional.

Tabela 2 - Dados populacionais sobre os Territórios Prioritários analisados

Municípios	População (2010)	População (2018)	População Feminina (2010)	População Masculina (2010)
Dona Francisca	3.401	3.086	1.723	1.678
Faxinal do Soturno	6.672	6.690	3.398	3.274
Santa Maria	261.031	280.505	137.397	123.634
São Pedro do Sul	16.368	16.250	8.318	8.050
Santana do Livramento	82.464	77.763	43.088	39.376
Tenente Portela	13.719	13.538	7.006	6.713

Fonte: IBGE (2019).

Dentre os dados secundários obtidos por meio do IBGE (2019), com base no Censo Demográfico de 2010 e estimativa para o ano de 2018, pode-se afirmar que os municípios mais populosos são Santa Maria e Santana do Livramento. Os demais cinco municípios selecionados para análise, apresentam população variando entre 3.000 e 17.000 habitantes.

A cidade de Santa Maria é reconhecida regionalmente como 'cidade cultura', pela forte presença de instituições de ensino e pesquisa (VIEIRA et al., 2018). Santana do Livramento é considerado como o segundo maior município do estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial (IBGE, 2017), podendo essa situação contribuir para seu segundo lugar entre as regiões com maior quantidade de habitantes dentre os territórios prioritários.

Em todos os municípios analisados, a maior parte da população é predominantemente feminina. Para o ano de 2010, 52,64% dos habitantes de Santa Maria era mulher; em Santana do Livramento 52,25%; em Tenente Portela 51,07%; em Faxinal do Soturno 50,93%; em São Pedro do Sul 50,82%; e em Dona Francisca 50,66% (IBGE, 2010).

A religião católica prevalece em todos os territórios analisados. Ainda, é possível perceber afiliações populacionais à igreja evangélica e comunidade espírita (IBGE, 2010).

A Tabela 3 apresenta informações adicionais sobre raça e a situação de domicílio. Por meio dos dados obtidos para a análise dos territórios prioritários, pode-se inferir que a população branca e urbana é predominante nos seis municípios estudados.

Tabela 3 - Dados relativos a cor e situação de domicílio dos habitantes dos Territórios Prioritários

Município	Cor x Situação do domicílio									
	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Santa Maria (RS)	207.898	10.515	12.964	557	653	65	26.541	1.505	284	42
Dona Francisca (RS)	1.635	1.053	136	40	3	2	372	160	-	-
Tenente Portela (RS)	7.011	2.874	168	25	10	10	1.178	446	480	1.517
Sant'Ana do Livramento (RS)	58.930	6.441	6.020	472	144	30	9.244	1.103	70	8
São Pedro do Sul (RS)	10.118	4.018	285	58	26	20	1.491	343	9	-
Faxinal do Soturno (RS)	3.288	2.066	284	121	4	-	599	310	-	-

Fonte: Adaptado de IBGE (2019).

Obs: algumas células não foram preenchidas na tabela, por não possuir informações disponíveis.

Esta situação também descreve a realidade de Tenente Portela, apesar da região onde se localiza o município abrigar a área Indígena do Guarita, considerada a maior reserva indígena do Rio Grande do Sul. Segundo informações da Prefeitura Municipal de Tenente Portela (2018), a população indígena da cidade é constituída pelas tribos Kaingang e Guarani. Desse modo, estima-se que quase dois mil indígenas vivam na região (IBGE, 2010).

Em relação à situação dos domicílios, tem-se que, na cidade de Santa Maria 82,8% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado. Em Santana do Livramento este índice é de 79,5% dos domicílios. Os demais territórios apresentam estimativas de 69,2% em Faxinal do Soturno, 18,6% em Tenente Portela, 46,9% em São Pedro do Sul, e de 53,6%, em Dona Francisca (IBGE, 2010).

Acerca das características da população presente nos territórios prioritários, é válido destacar o IVS Capital Humano, que envolve questões relacionadas à educação, saúde e perspectiva de vida sobre os jovens (IVS, 2019).

Quadro 2: Variáveis analisadas no IVS Capital Humano

IVS Capital humano
Mortalidade até 1 ano de idade
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos.
Percentual de mães chefes de família sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade no total de mulheres chefes de família.
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo.
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010) na população total dessa faixa etária

Fonte: IPEA (2015).

A partir da análise feita no IVS, com as variáveis utilizadas no IVS Capital Humano, podemos inferir que os municípios apresentam valores próximos com relação a este tipo de vulnerabilidade. Ainda assim, é possível registrar uma maior vulnerabilidade em Tenente Portela, seguida por Faxinal do Soturno e Dona Francisca, em 2000. Quando se observa o ano de 2010, o município de Tenente Portela continua liderando a maior vulnerabilidade dentre os territórios, porém, sendo seguido por São Pedro do Sul e Santana do Livramento. Ainda assim, vale salientar que todos os municípios registraram redução dos índices de vulnerabilidade Capital Humano nos dez anos analisados (ver tabela 4).

Tabela 4 - Índice de vulnerabilidade socioeconômica – IVS Capital Humano

Municípios	IVS Capital Humano (2000)	IVS Capital Humano (2010)
Dona Francisca	0.419	0.265
Faxinal do Soturno	0.439	0.279
Santa Maria	0.344	0.251
São Pedro do Sul	0.397	0.314
Santana do Livramento	0.401	0.307
Tenente Portela	0.470	0.466
Rio Grande do Sul	0.397	0.300

Fonte: IVS (2019).

Para a compreensão das dimensões que cercam os territórios prioritários, analisar-se-à a dimensão técnica-econômica deles, de modo a saber se houve uma melhora ou não dentro da análise da dinâmica econômica. Neste sentido, passa-se a avaliar, na próxima seção, o comportamento de variáveis econômicas que podem condicionar diferentes fontes de vulnerabilidade social.

Dimensão técnica-econômica dos territórios proprietários

A questão mais imediata afetadas pela pobreza é a renda que, por sua vez, afeta o acesso das famílias a um conjunto de bens e serviços essenciais à vida. Segundo o IBGE (2018), a cidade de Santa Maria possui 30,5% da sua população com rendimento nominal mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sendo que, para o ano de 2016, 70,6% da população santa-mariense era considerada potencialmente ativa.

Em Santa Maria, os setores de serviços e comércio foram responsáveis por 70,9% do Valor Agregado (VA) do município em 2015. No mesmo ano, a Administração Pública representou 15,9% do VA, enquanto que a agropecuária e indústria totalizaram 13,2% do VA (IBGE, 2018).

Diferente da cidade de Santa Maria, em Santana do Livramento ocorre o predomínio da agropecuária na composição da renda municipal, com a exploração dos recursos naturais e territoriais expressivos. A pecuária (bovina e ovina) e a lã ovina são os principais produtos gerados nos campos.

Ademais, no cerne da agricultura de Santana do Livramento, predomina o arroz e soja, bem como a vitivinícola e a fruticultura (AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013). De tal modo, a diversificação tornou-se um meio para garantir maior autonomia e capacidade às desigualdades socioeconômicas existentes no território prioritário.

Outrossim, em São Pedro do Sul, destacam-se as atividades econômicas baseadas no setor de serviços e comércio. Conforme destacado pelo IBGE (2015), o Produto Interno Bruto de São Pedro do Sul foi de R\$ 318 milhões, além do seu Valor Agregado Municipal, pois 53,9% representavam as atividades de serviço e comércio, 18,8% as atividades agropecuárias, 18,7% as atividades da Administração pública e 8,6% as atividades industriais. De todo modo, em 2016, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,7% (IBGE, 2015).

Assim como Santana do Livramento, Dona Francisca possui forte presença da agricultura, contudo é predomina a presença da agricultura familiar, conforme informado pelo Censo Agropecuário de 2006. Dos 438 estabelecimentos agropecuários existentes no município, 408 eram da agricultura familiar (segundo denominação da Lei 11.326) (IBGE, 2006). Em relação ao valor adicionado, o município de Dona Francisca apresentou R\$ 63 milhões, dos quais 56% eram provenientes do setor de serviços, 24% do setor agropecuário e 20% da indústria. Para o mesmo ano, o

Produto Interno Bruto foi de R\$ 66,2 milhões e o Produto Interno Bruto per capita de R\$ 19.614 (IBGE, 2016).

Sendo o território de Faxinal do Soturno pertencente à Quarta Colônia de Imigração Italiana, assim como Dona Francisca, ambos possuem sua atividade econômica ligada à agricultura. Vale ressaltar que dentre os principais cultivos de Faxinal do Soturno são a produção do arroz irrigado, soja, milho, feijão, fumo e fruticultura, além das atividades pecuárias, em que predomina a criação de bovinos de leite e de corte (SAMPAIO, 2013).

Outro território prioritário que tem sua economia baseada na agricultura familiar é o município de Tenente Portela. Seu Produto Interno Bruto per capita era de R\$ 23.841 no ano de 2015 (IBGE, 2018) e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21,5% em 2016. Por fim, vale destacar que em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 21.5%.

Tabela 5 - Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) e Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita dos territórios prioritários (2015)

Município	Produto Interno Bruto (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto per capita (R\$)	Estrutura do Valor Adicionado Bruto (%)		
			Agropecuária	Indústria	Serviços
Dona Francisca	66.176	19.614	23,90	20,23	55,87
Faxinal do Soturno	156.942	22.848	10,78	10,85	78,37
Santa Maria	6.357.789	23.026	3,08	12,65	84,27
Sant'Ana do Livramento	1.901.220	22.915	14,32	17,22	68,45
São Pedro do Sul	317.996	18.942	23,09	10,63	66,28
Tenente Portela	334.699	23.841	19,98	6,16	73,85

Fonte: FEE (2015).

Valendo-se da dinâmica de vulnerabilidade, tem-se as informações acerca do IVS Renda e Trabalho de modo a avaliar as características dentro da dinâmica econômica, presente nessa parte do texto. Assim, os fatores avaliados estão descritos no quadro 3.

Quadro 3 - Variáveis analisadas no IVS Renda e Trabalho

IVS Renda e Trabalho
Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010).
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal
Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (2010) e dependentes de idosos.
Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.

Fonte: IPEA (2015).

A partir da compreensão do que será avaliado dentro desta dimensão do IVS Renda e Trabalho, podemos destacar as informações na tabela 6, a seguir. Essa dimensão do IVS apresentou uma grande melhora, uma vez que houve redução do índice entre 2000 e 2010, para todos os territórios analisados.

Tabela 6 - Índice de vulnerabilidade socioeconômica - IVS Renda e Trabalho

Municípios	IVS Renda e Trabalho (2000)	IVS Renda e Trabalho (2010)
Dona Francisca	0.324	0.243
Faxinal do Soturno	0.424	0.321
Santa Maria	0.322	0.196
São Pedro do Sul	0.417	0.329
Santana do Livramento	0.420	0.317
Tenente Portela	0.610	0.342
Rio Grande do Sul	0.387	0.231

Fonte: IVS (2019).

Contudo, quando comparado com o IVS Renda e Trabalho do Rio Grande do Sul, que em 2000 era de 0,387 e em 2010, 0,231, os territórios estavam mais próximas da média do estado em 2000. Em 2000, somente os territórios de Santa Maria e Dona Francisca estavam abaixo do índice do estado nesta dimensão econômica. Já em 2010, apenas Santa Maria permanece nesta posição.

Considerações finais

O presente estudo dedicou-se a avaliar as condições de reprodução socioeconômica dos municípios alvo do esforço de pesquisa pelo grupo DISGOS, quando da execução do projeto “Inovação Social e Tecnologias Sociais: Transformação e Criatividade nas Experiências Populares de Geração de Trabalho e Renda no Rio Grande do Sul”, apoiado pela Chamada CNPq/MCTIC/MDS nº. 36/2018 - Tecnologia Social. Os municípios amostrados fazem parte dos Territórios Prioritários do Brasil, assim denominados pela recorrência de indicadores de empobrecimento, exclusão e vulnerabilidade social.

Para desenvolver o diagnóstico socioeconômico dos municípios de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Santa Maria, São Pedro do Sul, Santana do Livramento e Tenente Portela, foram explorados os dados dos Censos Demográficos do IBGE e do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômico (IVS). Com base na avaliação estatística e descritiva, pode-se inferir que os territórios prioritários possuem parcela expressiva da população em situação de pobreza (cerca de $\frac{1}{4}$ da população) (IBGE, 2003).

Apesar do relativo sucesso no desenvolvimento social, ainda há percalços a enfrentar no âmbito territorial, de modo que os territórios estão com maior vulnerabilidade quando analisados e comparados com o Rio Grande do Sul (IVS, 2010). Já no âmbito econômico, somente a cidade de Santa Maria está em menor condição de vulnerabilidade dentre os territórios analisados.

As características de formação econômica dos diferentes territórios imputam dificuldades no acesso aos meios de produção e à realização das oportunidades produtivas. Neste sentido, cabe mencionar a importância do desenvolvimento de estudos mais aprofundados, para conhecimento das especificidades das realidades municipais.

Referências

AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade**: os assentamentos de Santana do Livramento, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BARROS, Ricardo Paes. *et al.* **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. IPEA, Texto Para Discussão n. 800 (ISSN 1415-4765). Rio de Janeiro, 2001.

BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CAMPELLO, T.; GENTIL, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde debate*, v. 42, número especial, p. 54-66, 2018.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. Brasília: Caderno de Saúde Pública, 2018.

COSTA, M. C.; MARGUTI, B. O. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

COSTA, M. A.; SANTOS, M. P. G.; MARGUTI, B.; PIRANI, N.; PINTO, C. V. S.; CURI, R. L. C.; RIBEIRO, C. C.; ALBUQUERQUE, C. G. **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social**. In: *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação BB: RJ, 2004.

DAGNINO, R.; GOMES, E. **Sistema de inovação social para prefeituras**. In: *Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia para Inovação*. Anais. São Paulo, 2000.

DRAIBE, S. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social**. *Tempo Social*, nov/2003.

FAGNANI, E. **Política Social no Brasil (1964-2002)**: entre a cidadania e a caridade. Tese

(Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. **FEEDados**, 2015. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/apresentacao/>>. Acesso em 15 ago. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Agência IBGE Notícias, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em 06 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>>. Acesso em 12 de ago. 2019.

JUNIOR, M. V. W.; MARTINS, C. H. B. **Pobreza extrema em municípios do Rio Grande do Sul**: evidências de multidimensionalidade. *Textos para Discussão FEE*, n.114 (2013).

MENDES, J. M. RISCO, **Vulnerabilidade social e resiliência**: conceitos e desafios. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, Florianópolis, v. 7, n. esp, p. 463-492, 2018.

MONTEBLANCO, F. L. **O Espaço rural em questão**: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS. Dissertação. UFRGS (Mestrado em Geografia), Porto Alegre, 2013.

MONTEIRO, S. R. R. P. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011.

PARANHOS, R.; FIGUEIREDO FILHO, D. B.; ROCHA, E. C.; SILVA JÚNIOR, J. A.; FREITAS, D. **Uma introdução aos métodos mistos**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 384-41, 2016.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada; FJP, Fundação João Pinheiro. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-maria_rs>. Acesso em 06 ago. 2019.

RUTKOWSKI, J. E. **Rede de Tecnologias Sociais**: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? In: LIANZA, S.; ADDOR, F (org). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre/RS: Editora UFRGS, 2005.

SAMPAIO, E. G. V. **Manifestações da ruralidade no município de Faxinal do Soturno**. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências), Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SUPLICY, E. M. (2002). **Renda de Cidadania**: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez/Editora Perseu Abramo.

SUPLICY, E. M.; CURY, S. (1994). A renda mínima garantida como proposta para remover a pobreza no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n.1.

TROIAN, Alexandre. Mapa dos territórios prioritários adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010), 2018.

VIEIRA, C. A. et al. **Pobreza multidimensional**: um estudo de caso das privações básicas na região nordeste de Santa Maria/RS. *Economia e Desenvolvimento*, v. 30, n. 3, p. 1-12, set., 2018.

YAZBEK, M. C. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.110, p. 288-322, 2012. -